

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO RECONHECIMENTO PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS – Um olhar a partir da teoria crítica

Marco Aurélio dos Santos Filho*

Osmar Ponchirolli**

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a Teoria do Reconhecimento e suas possíveis contribuições para os estudos organizacionais. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de múltiplas fontes, e uma pesquisa semiestruturada feita com professores de uma instituição de ensino em Curitiba. A análise dos dados foi realizada a partir de uma comparação do levantamento bibliográfico e empírico. Entre os referenciais teóricos destacam-se: Axel Honneth, Paun-Laurent Assoun e Erich Fromm. É na infância que o indivíduo é preparado a esperar um reconhecimento dos fatores de demanda do mercado capitalista, ao invés de ser visto por sua integridade real. Por isso, a Teoria do Reconhecimento pode ser uma importante ferramenta para analisar e verificar as relações sociais nas organizações.

Palavras-Chave: Teoria do Reconhecimento; estudos organizacionais; Reconhecimento intersubjetivo.

* Aluno do 1º ano do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2010-2011) da FAE Centro Universitário. E-mail: marquitotesta@hotmail.com.

** Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor do Programa do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário. E-mail: osmarp@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A subjetividade e a imagem cognitiva que um sujeito tem de si mesmo, chamada por Mead (1962) de *Me*, tem como importante parte de sua gênese e desenvolvimento o reconhecimento intersubjetivo, o qual ocorre apenas entre indivíduos socializados que passam pelas diversas etapas do convívio social.

O presente estudo científico na área da sociologia crítica visa a uma análise das formas de reconhecimento intersubjetivo e a verificação da possibilidade de levantar dados nas organizações para conhecer como ocorre o seu processo de reconhecimento. Tem como objetivos específicos delinear os pontos principais da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica, assim como estudar os três padrões de reconhecimento para verificar quais estão tendo prevalência nas relações sociais nas organizações.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo foram: coleta; análise; descrição e interpretação de dados, obtidos por pesquisa bibliográfica de expoentes nas linhas do tema abordado; e uma pesquisa semiestruturada com seis perguntas feitas a 11 professores de uma instituição de Ensino Fundamental, Médio e Superior.

O problema apresentado no projeto é este: a Teoria do Reconhecimento pode ser uma base epistemológica aos estudos Organizacionais?

Entre os referenciais teóricos do trabalho se destacam: Axel Honneth, cuja obra, **Luta por Reconhecimento**, possibilitou esse trabalho; Hegel e Mead, que apesar de não terem sido investigados diretamente, tiveram seus escritos descritos durante toda a teoria de Honneth; e Assoun, importante na descrição da Teoria Crítica e da Escola de Frankfurt.

Começamos essa pesquisa por uma delineação da Escola de Frankfurt e seus principais autores e influências, assim como com uma breve descrição de sua mais importante criação teórica, a Teoria Crítica. A Escola de Frankfurt é o berço teórico de Axel Honneth e sua **Luta por Reconhecimento**, tendo, assim, fortes influências sobre sua fundamentação.

No capítulo seguinte, foi realizada uma descrição da Teoria do Reconhecimento, começando pelos estudos de Hegel e seus respectivos problemas teóricos apontados por Honneth. Em seguida, foram demonstradas as influências da lógica capitalista no movimento do reconhecimento intersubjetivo e apresentado o trabalho do psicólogo social, Mead, no campo do reconhecimento, fazendo uma análise comparativa entre ele e Hegel. Foi realizada, também, uma análise dos padrões de reconhecimento intersubjetivos, assim como suas respectivas violações.

1 ESCOLA DE FRANKFURT

“A Escola de Frankfurt” é assim a etiqueta que serve para marcar um acontecimento (a criação do Instituto), um projeto científico (intitulado “filosofia social”), uma atitude (batizada de “Teoria Crítica”), enfim uma corrente ou movimentação teórica ao mesmo tempo contínua e diversa (constituídas por individualidade pensantes). Sendo isso tudo, é mais do que isso: um fenômeno ideológico que produz curiosamente os seus próprios critérios de identificação através do seu processo criador. (ASSOUNS, 1991, p. 19).

1.1 A Escola e sua História

A Escola de Frankfurt não é um lugar, uma época ou uma pessoa. É, contudo, o entrelaçamento das ideias de diversos autores que apenas se conheceram, em sua maioria, devido à criação de um instituto no século XX, na Alemanha.

O termo “escola” não se refere a uma instituição de ensino, mas a uma linha de pensamento inserida em um determinado *zeitgeist*, ou seja, um campo teórico inserido em uma época, cultura, espaço e por determinados personagens. A Escola de Frankfurt, sendo uma corrente de pensamento que inclui diversos autores, não possuiu uma data definitiva de início. Contudo, a instituição na qual ela se originou possuiu.

Em 3 fevereiro de 1923, por decreto do Ministério da Educação, em Frankfurt, na Alemanha, foi fundado o Instituto de Pesquisas Sociais, onde a Escola de Frankfurt tomou corpo.

O Instituto teve origem por iniciativa de Félix J. Weil, doutor em Ciências Políticas. Weil organizou a “Primeira Semana de Trabalho Marxista”, na qual participaram grandes nomes na pesquisa social, como Lukács, Korsch, Pollock, Wittfogel. A partir disso, nasceu a ideia da criação de um Instituto permanente e independente que visaria o estudo social. Sua primeira revista chamou-se *archiv*, e somente foi substituída, em 1932, pela *Zeitschrift* (ASSOUN, 1991).

Com a ascensão do Partido Nazista e de seus ideais nacionais socialistas, o Instituto de Pesquisas Sociais foi obrigado a deixar a Alemanha, permanecendo em Genebra, Suíça. O instituto também se ligou aos Estados Unidos, movendo seu capital para lá e unindo-se a *Columbia University*.

A partir de setembro de 1933, a “Escola de Frankfurt” deixa de estar em Frankfurt, saindo a revista em França e sendo na Suíça o quartel-general. Esta expatriação durou até agosto de 1950, data na qual o Instituto retomou o seu trabalho nos locais *Kuratorium no Senckenberganlage* e no que restava do Instituto, depois em novembro, num outro edifício, merecendo de novo, mas com dezessete anos de interrupção, a sua qualificação de Frankfortiana. (ASSOUN, 1991, p. 8)

Martin Jay, historiador da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, adverte sobre a importância da distinção entre a Escola e o Instituto:

É preciso compreender... que a ideia de uma “Escola específica” só se desenvolveu depois que o Instituto foi obrigado a abandonar Frankfurt... a própria expressão “Escola de Frankfurt” só foi utilizada depois do regresso do Instituto a Alemanha em 1950. (JAY, *apud* ASSOUN, 1991, p. 8)

Sob direção de Horkheimer, em 1931, a escola ganha uma definição mais abrangente, passando a ser uma escola de “filosofia social”. Nesse sentido, dissipa-se a ambiguidade que surge quando os principais autores do Instituto, filósofos, discorriam sobre concepções sociológicas.

Em 1931, Horkheimer elucida a problematização crítica e a situação na época dessa filosofia social e do papel do Instituto de Investigações Sociais, para que fosse mais bem conceituado, o que se tornaria a exigência metodológica da Escola de Frankfurt.

A ideia de filosofia social começa a tomar forma no final do século XIX, quando surge uma matéria nova que não era totalmente definida nem pela Sociologia ou Filosofia.

Trata-se de uma aproximação nos confins da reflexão especulativa e da observação sociológica, modulada por uma reflexão ética relacionada com o domínio da *kulturgeschichte*. Desde o “socialismo de cátedra”, está aproximação dá lugar a uma imensa literatura em que se misturam sociologia, reflexão sobre a civilização e a história, vasto rio alimentado por correntes tão diversas como as ideias sociais, a ética neokantiana ou a filosofia dos valores. (ASSOUN, 1991, p. 9)

Portanto, para Horkheimer, a filosofia social é um complemento entre o potencial filosófico de conceituação e reflexão e a exatidão sociológico-científica do dado empírico. A linha de pensamento e principal fundamentação teórica da Escola de Frankfurt era o Freudismo e a Teoria Crítica.

1.2 Teoria Crítica

Teoria crítica é o escopo teórico do marxismo. Ela foi introduzida no artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, por Horkheimer, em 1937. Ela abrange o campo teórico do marxismo:

De acordo com esse artigo, a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la a luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. De sua perspectiva, é a orientação para a emancipação da dominação, o que permite compreender a sociedade em seu conjunto. (NOBRE, 2003, p. 9)

Horkheimer não queria, com sua teoria, apenas descrever as interações sociais, ele pretendia fazer uma análise crítica para não somente entendê-las, mas propor novas possibilidades. É uma abordagem que se estende pela filosofia política, filosofia da história e ética, e tem sua circunferência delimitada pela filosofia social, termo criado na Escola de Frankfurt.

Segundo Adorno e Horkheimer (1969) um dos elementos principais da Teoria Crítica é a busca pela emancipação humana, ou seja, a conquista da liberdade humana em circunstâncias de opressão e dominação. Essa tarefa não pode ser alcançada sem a interação da Filosofia e Ciências Sociais a partir da pesquisa empírica interdisciplinar social, a união entre a postura crítica do pensamento filosófico com o método de pesquisa da Sociologia.

A expressão teoria crítica pode ser aplicada a qualquer abordagem metodológica que se tenha pretensões parecidas com a da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Para Horkheimer, para que haja uma teoria crítica é necessário três critérios: deve ser, ao mesmo tempo, explicativo, prático e normativo. Deve identificar e explicar as raízes e os atores dos problemas sociais, dando soluções possíveis e práticas para alterá-los, e definir as normas e práticas nas quais essa mudança terá base (BOHMAN, 2005).

1.3 Autores Principais

A Escola de Frankfurt foi influenciada por diversos pensadores, como Kant, Hegel, Marx, Angel, Nietzsche. Muitas foram as pessoas que contribuíram com o Instituto de Pesquisas Sociais, porém, apenas algumas são denominadas como participantes da Escola, seguindo três critérios para isso: o assunto e base teórica dos escritos desses autores, a participação no Instituto e estar envolvidos com as questões histórico-políticas da época (ASSOUN, 1991).

O primeiro desses autores, cabeça do Instituto, em 1931, e criador da Teoria Crítica e da conceituação de filosofia social, exigência metodológica do Instituto, foi Max Horkheimer. Horkheimer teve grande influência por ser o criador da Escola de Frankfurt, por ter dado início à revista *Zeitschrift*, por ter chefiado o Instituto, pela sua luta para que o Instituto não acabasse, e sua contínua dedicação aos escritos após ele ter sido expulso e o Instituto da Alemanha ter sido fechado pelos Nazistas por “tendências hostis ao estado”. Em 1958, Horkheimer se aposenta, contudo, mantém ligações com o Instituto.

Em 1938 (ASSOUN, 1991), Theodor W. Adorno se torna membro do Instituto. Assim como Horkheimer, Adorno também foi exilado da Alemanha e viveu alguns anos

nos Estados Unidos, sendo uns dos que apoiavam o retorno do Instituto a Frankfurt pós-guerra. Tornou-se diretor-adjunto, co-diretor, em 1955; e em 1958, quando Horkheimer se aposentou, torna-se diretor do Instituto. Uma associação dele com Horkheimer geraria, em 1947, a *Dialética do Esclarecimento*, importante livro da Escola de Frankfurt.

O que nos propuséramos era, de facto, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 4)

Um participante direto na construção teórica da Escola foi Hebert Marcuse. Apesar desse forte laço de Marcuse com a Escola, ele não tinha uma ligação formal com ela, e trabalhava em seus próprios projetos. Marcuse entrou em contato com a Escola de Frankfurt e teve seu ingresso facilitado por uma indicação de Kurt Riezler a Horkheimer, começando, assim, a participar da revista *Zeitschrift*. Assim como vários outros membros do Instituto, Marcuse teve que se exilar; sendo em Paris, em 1934, que assumiu com Adorno e Horkheimer a direção da revista da Escola. Em 1934, vai para os Estados Unidos, onde publica seus trabalhos mais importantes, desaparecendo em 1978.

Walter Benjamin nunca aderiu à Escola de Frankfurt, apesar de participar de alguns de seus projetos e ter se tornado membro permanente do Instituto de Pesquisas Sociais em 1935, em Paris, onde escrevia seus artigos, publicando-os sob pseudônimos. Suicida-se em 1940, devido ao risco de ser entregue a Gestapo Alemã.

Outro importante nome entre aqueles que influenciaram a Escola está Erich Fromm. Fromm foi uns dos primeiros psicanalíticos não médicos, e tinha como objetivo conciliar as pesquisas de Freud e Marx em uma psicologia social. Nesse período, começa a colaborar com a *Zeitschrift*. Afastou-se do Freudismo em 1935 e, em 1937, escreveu seu último artigo para a revista, afirmando sua independência teórica em sua obra de 1941, **O medo da liberdade**.

É nesse contexto sócio-histórico que Axel Honneth realiza seu trabalho de investigação das formas do reconhecimento, e suas influências na sociedade.

Se não faz sentido contar Honneth entre os integrantes da “Escola de Frankfurt”, parece-me correto, entretanto, incluí-lo na tradição da Teoria Crítica. Pois, tal como Habermas, também Honneth apresentou primeiramente sua própria posição teórica em contraste e confronto com seus antecessores. (NOBRE, 2003)

Honneth tem papel importante no Instituto de Pesquisas Sociais, onde atuou como professor de Filosofia Social desde 1996, e diretor desde 2001. Honneth foi assistente de Habermas, o qual teve importante influência em seus trabalhos, inclusive em sua tese de livre docência, trabalhada nesse artigo, *Teoria do Reconhecimento: a Gramática dos Conflitos Sociais*.

2 TEORIA DO RECONHECIMENTO

Uma das ambições de Honneth com sua pesquisa no campo do reconhecimento era delinear as regras e padrões das interações sociais que podiam levar a conflitos. Ele tenta conciliar a Psicologia Social de Mead com a formação identitária e desenvolvimento social dos indivíduos descrito por Hegel.

Honneth parte de uma visão desenvolvimentista do processo do reconhecimento intersubjetivo, no qual os indivíduos têm um primeiro contato na infância, perante o afeto familiar, partindo para uma socialização racionalizada por regras e leis. E que a partir delas os indivíduos se tornam pessoas de direitos, os quais são reconhecidos pela sociedade até alcançarem a estima social, um processo de solidariedade.

2.1 Teoria do Reconhecimento e Sistema de Eticidade em Hegel

Na relação afetiva do reconhecimento da família, o indivíduo humano é reconhecido como ser carente concreto, na relação cognitivo-formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito abstrata, e finalmente, na relação de reconhecimento do estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto, isto é, como sujeito socializado em sua unicidade. (HONNETH, 2003, p. 59)

A filosofia social moderna tem em sua fundamentação a luta pela autoconservação. A vida social é primordialmente uma relação dessa luta. Na percepção da falta de regras, os indivíduos criam uma sociedade caótica, em constante guerra de todos contra todos. Essa luta por autoconservação se encerra à medida que se institucionaliza regras do convívio social, o contrato social.

Na construção da Teoria do Reconhecimento, Honneth (2003) tem como principal fundamentação os escritos de Hegel. Hegel tinha como objetivo criar um sistema de eticidade para explicar a história da eticidade humana a partir das interações e relações de reconhecimento social. Hegel vai além da teoria de Hobbes do contrato social e autoconservação, dando enfoque a teoria da intersubjetividade da vida social, sendo que tal intersubjetividade é uma forma de identidade da sociedade.

Para Hegel, no direito natural moderno, uma comunidade só pode ser pensada a partir de uma associação de várias pessoas. E são os costumes, comportamentos praticados intersubjetivamente, que possibilitam a liberdade coletiva e individual.

Na teoria hegeliana, o contrato social tem uma posição diferente de importância daquela dada por Hobbes, na qual o papel desse contrato é acabar com a luta pela autoconservação e guerra de todos contra todos.

Para Hegel, esse contrato, sendo esses comportamentos intersubjetivos, tem um papel secundário na eticidade, enquanto os confrontos e lutas pelo “reconhecimento intersubjetivo das dimensões da individualidade humana” (HONNETH, 2003, p. 48) amadurece as relações éticas a partir da reconciliação. Nesse sentido, o conflito é uma representação prática do não reconhecimento, enquanto a reconciliação representa a conquista desse reconhecimento.

Surge, a partir disso, uma nova interpretação dos conflitos sociais, na qual eles são vistos como uma busca por reconhecimento e tem por consequência uma evolução no modelo de eticidade vigente.

Hegel começa seu estudo do reconhecimento a partir dos trabalhos de Fichte, filósofo que estudou na Universidade de Jena, teve como zeitgeist de seu pensamento o apogeu da revolução francesa e foi um dos fundadores do nacionalismo alemão:

Mas no Sistema de eticidade, que surge ainda no ano de 1802, logo depois de ele acabar o ensaio sobre o direito natural, Hegel retoma de modo positivo a teoria fichtiana do “reconhecimento” para descrever com seu auxílio a estrutura interna das formas de relação ética, que ele quis pressupor fundamentalmente título de um “primeiro” da socialização humana. (HONNETH, 2003, p. 50)

Fichte considera o reconhecimento como uma ação recíproca entre indivíduos sem que, em um primeiro plano, tenha ligações jurídicas. Essa reciprocidade de respeito alcança um patamar de consciência comum, sendo objetivada pelas relações jurídicas. Hegel vê o movimento do reconhecimento como uma inter-relação social que assegura as relações éticas.

Ele direciona, então, sua pesquisa para as formas de desenvolvimento do reconhecimento na sociedade, descrevendo “o processo de estabelecimento das primeiras relações sociais como um processo de afastamento dos sujeitos das determinações naturais” (HONNETH, 2003, p. 49), um crescimento da individualidade e um desenvolvimento da formação identitária que se efetua, inicialmente, por meio de três etapas do reconhecimento intersubjetivo: a relação entre pais e filhos, que acontece já na infância do indivíduo e gera um reconhecimento pela afetividade, no qual os indivíduos são emocionalmente carentes a manifestações de amor do outro.

Com o aumento na participação na vida social, e ainda como uma eticidade natural, o indivíduo passa as interações de “relações de troca entre proprietários reguladas por contrato” (HONNETH, 2003 p. 50). O reconhecimento passa ao âmbito das relações lógicas de respeito recíproco de indivíduos de direitos.

O caminho que conduz a nova relação social é descrito como um processo de universalização jurídica: as relações práticas que os sujeitos já mantinham com o mundo na primeira etapa são arrancadas de suas condições de validade meramente particulares e transformadas em pretensões de direitos universais, contratualmente garantidas. (HONNETH, 2003, p. 50)

O reconhecimento, que era particular à família, é, então, elevado para uma esfera pública e universalizado para todos os indivíduos daquela sociedade em forma de contratos como códigos e leis.

O reconhecimento é, na família, um mecanismo que ajuda na individuação, mantendo uma aproximação por laços emocionais. Na sociedade, ele faz um processo de universalização dos comportamentos que encontram aceitação na família e na percepção intersubjetiva dessa sociedade. Mas, nesse estágio, o indivíduo não é visto ainda como uma totalidade, com todas as suas particularidades e individualidades. Ele ainda não é posto como “totalidade que se reconstrói a partir da diferença” (HEGEL *apud* HONNETH, 2003, p. 51).

Após seus escritos sobre o reconhecimento com base na afetividade e no direito, Hegel faz uma interpretação dos crimes como sendo resultantes de um não reconhecimento. Ou seja, um sentimento de desrespeito afetivo ou jurídico que serve como fonte de motivação para a prática do crime. Hegel deixa indeterminado em seu trabalho as causas que levam um indivíduo a desrespeitar os direitos legais do outro (HONNETH, 2003).

No roubo a outra pessoa, o ator do crime fere diretamente os direitos legais dessa pessoa, gerando uma experiência de falta de reconhecimento, afetando não apenas os direitos jurídicos, mas também toda a identidade do indivíduo que se sente incapaz de proteger seus direitos. Há, então, uma luta da pessoa que sofreu o crime como um movimento para recuperar o reconhecimento que lhe foi negado.

Finalmente como uma terceira etapa da negação, Hegel faz com que siga ao conflito social, que se inicia com um roubo e termina com a ‘sujeição’ do criminoso, a luta por honra. Esse caso de conflito representa já no que diz respeito às suas condições iniciais, as formas mais exigentes de uma cisão intersubjetiva: está no seu fundamento, na qualidade de causa, a lesão não da pretensão de direito individual, mas da integridade de uma pessoa em seu todo. (HONNETH, 2003, p. 55).

Essa terceira etapa das lutas sociais é uma busca pessoal da honra, pelo reconhecimento de um indivíduo frente a sua integridade. É um afeto intersubjetivo que se torna racional, no qual indivíduos se reconhecem uns aos outros, não apenas por uma afeição natural e nem por obrigações jurídicas, mas uma afeição que implica a aceitação da totalidade individual.

Para Honneth (2003, p. 55) “honra é a postura que adoto em relação a mim mesmo quando me identifico positivamente com todas as minhas qualidades e peculiaridades.” A luta pela honra se concretiza quando o indivíduo conhece a si mesmos a partir das ações intersubjetivas dos outros para ele, e ele demonstra também conhecer e reconhecer o outro.

Essas ações intersubjetivas se tornam, então, um espelho que serve como fonte de autoconhecimento de um indivíduo.

2.1.1 Os problemas teóricos do sistema de eticidade e a subjetividade

O sistema de eticidade, segundo Honneth (2003), encontra algumas dificuldades teóricas. A questão fundamental é até onde o reconhecimento intersubjetivo realmente pode reconstruir a evolução histórica-social da eticidade humana.

Falta, também, no sistema de eticidade, uma diferenciação clara na conceituação dessas diferentes etapas do reconhecimento. Uma maior abrangência para que possa haver uma avaliação e relação mais profunda dos comportamentos sociais com o processo do desenvolvimento, podendo, assim, ser feitas relações diretas entre as ações intersubjetivas e as etapas de reconhecimento.

Na fase inicial de seus estudos, Hegel não considera a posição do crime na história da eticidade e também mantém o sistema de eticidade distanciado da teoria da subjetividade, dificultando uma análise dos motivos pessoais do reconhecimento. Ele analisava a Teoria do Reconhecimento apenas pelas interações sociais, contudo, com avanço de seus estudos, começa a considerar a subjetividade e a consciência individual como parte importante do processo de reconhecimento.

Então, na primeira etapa dessa nova análise, Hegel tem como procedimento metodológico a reconstrução do processo de formação do indivíduo e de subjetividade, estudando o indivíduo em seu desenvolvimento inicial até alcançar a consciência individual. A partir disso, Hegel determina quais experiências os indivíduos passam para estar em condições de se ver como sujeitos de direitos e, assim, serem aceitos na sociedade (HONNETH, 2003).

Quando o indivíduo começa a participar mais efetivamente da sociedade, na escola e, principalmente, nas relações de dominação do mercado de trabalho, sua identidade, seu eu-próprio, é obrigado a passar por adaptações que irão mascarar sua personalidade e levá-lo a um processo de busca pelas qualidades socialmente reconhecidas. A lógica capitalista social se torna um imperativo para o reconhecimento intersubjetivo.

2.2 A Lógica Capitalista como Imperativo do Reconhecimento Intersubjetivo

O ser humano criou modelos econômicos. Na modernidade, o que prevalece é a lógica capitalista do lucro, do utilitarismo, da eficiência. O lucro é o objetivo final, que norteia todo o processo capitalista. O utilitarismo é a visão pela qual a natureza e o ser humano são julgados pela sua utilidade para se alcançar o lucro, e a eficiência é o principal meio para chegar a ele.

A 'orientação utilitária' só modernamente tornou-se elemento dominante na estruturação caracterológica do homem. (...) Empregadores, empregados, profissionais liberais – todos dependem da aceitação pessoal por aqueles que procuram o serviço. (FROMM, 1962, 118)

Em **O Capital**, Marx (1968, p. 41) mostra que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’ e a mercadoria [...] é a forma elementar dessa riqueza”. Então, na lógica capitalista, quem detém o poder são aqueles que possuem os meios de produção dessas mercadorias, enquanto que os outros indivíduos são empregados, produzem a partir de meios que eles não possuem, mas **alugam**, e em troca oferecem seu poder de trabalho. Na busca da maximização do lucro por aqueles que dominam, surge a mais-valia, que representa a desproporção entre o valor monetário da mercadoria e quanto o empregado ganha por produzi-la.

Para cada linha do mercado capitalista, o fator personalidade é de fundamental importância na escolha dos empregos pela lógica da utilidade. Características, como carisma, iniciativa, integridade, o meio social, os valores tradicionais são importantes na venda dessa força de trabalho. O que todos os empregados que conseguem crescer no mercado de trabalho têm em comum é que todos satisfizeram as exigências do mercado (FROMM, 1962).

Inevitavelmente, a atitude do homem para consigo mesmo sofrem a influência desses padrões de sucesso. A sua estima própria não está baseada primariamente no seu valor intrínseco e na sua capacidade construtiva. Dependem mais [...] da opinião que os outros têm do seu valor. Para reafirmar-se no grupo o homem deve atrair fregueses, e obter o preço mais alto. Tanto alto este preço, tanto maior o reconhecimento do seu valor. (FROMM, 1962, p. 120).

E como em um processo de recursão organizacional, o qual é “um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causa e produtores daquilo que os produziu” (MORIN, 2008, p.108), a rotina diária transformou os indivíduos em

instrumentos de continuidade dessa máquina capitalista. O ser humano cria o capitalismo, que posteriormente se torna importante fator de transformação de novos indivíduos.

Essa relação de dominação gera fortes implicações na formação da identidade dos indivíduos e no movimento de reconhecimento na sociedade. Os indivíduos são culturalmente preparados para esperarem um reconhecimento dos fatores de demanda do mercado, ao invés de serem vistos por sua integridade real. “Mas se acontece que dão preferência a outrem, ele se sente inevitavelmente inferior e sem qualquer valor.” (FROMM, 1962, p. 120). E, nesse caso, o indivíduo passa pelo não reconhecimento descrito por Hegel. Isso pode causar um início do processo de conflito, que pela reconciliação irá gerar uma evolução da eticidade daquela sociedade.

O homem criou a lógica do capital e ela recriou o homem. As necessidades de adaptação que o capitalismo impõe aos indivíduos transformaram-se em um imperativo para uma forma de reconhecimento intersubjetivo, fazendo com que os atores sociais se respeitem pelas qualidades criadas por esse sistema. Segundo Fromm (1962), devido a essa constante necessidade de aprovação alheia, a autoestima está além do controle do próprio indivíduo e ele mesmo perde a sua identidade.

Hegel expressa necessidade por aprovação alheia na terceira etapa da luta social, a busca por honra:

[...] só pode ocorrer a luta por honra porque a possibilidade para uma tal relação afirmativa consigo próprio depende por sua vez do reconhecimento confirmador por parte dos outros sujeitos: um indivíduo só está em condições de identificar-se integralmente consigo mesmo na medida em que ele encontra para suas peculiaridade e qualidades aprovação e apoio também de seus parceiros de interação (HONNETH, 2003, p. 55).

Esse ambiente capitalista sempre em transformação cria essa necessidade de adaptação, que os indivíduos atingem reproduzindo os comportamentos sociais.

Contudo, isso ocasiona um aumento das tensões e ansiedade. Como mecanismo de compensação, surge uma necessidade de sermos reconhecidos por esse esforço. A um grande direcionamento de energia na adaptação ao meio devido a nossa dificuldade em alterar nossa personalidade. O reconhecimento intersubjetivo é uma compensação a esta energia.

No âmbito familiar, a criança espera que seus pais reconheçam seus esforços na adaptação ao meio retribuindo isso com gestos de afeição e amor. Na sociedade, o indivíduo racional espera que receba em troca os direitos civis, se tornando uma pessoa de direitos. Com relação à solidariedade, assim como o reconhecimento de direitos, o indivíduo tem um respeito social. Mas a solidariedade vai além das relações jurídicas,

pois ele é o verdadeiro reconhecimento, o verdadeiro respeito do indivíduo pelas suas qualidades e defeitos, superando o reconhecimento da persona, a máscara criada no processo de adaptação social.

No padrão de reconhecimento do direito, o indivíduo segue pressupostos lógicos e legais, é um impulso racional de assegurar igualdade aos outros, para que ele mesmo possa ter. Já na solidariedade, o reconhecimento acontece a partir de uma verdadeira estima. Nesse caso, em uma empresa, por exemplo, pode-se comparar o chefe como tendo atingido apenas o reconhecimento de direitos, e o líder como tendo atingido o reconhecimento solidário.

O chefe é respeitado devido a sua autoridade e nível hierárquico, enquanto o líder tem uma estima social e é reconhecido por suas capacidades e propriedades da personalidade. Não reconhecer um chefe – ou desrespeitá-lo – significa privá-lo de seus direitos, enquanto desrespeitar um líder é atingir a sua honra e dignidade pela degradação e ofensa. Enquanto um tem apenas um reconhecimento cognitivo (racional), o outro tem um reconhecimento relacionado a emoções afetivas.

2.3 Teoria do Reconhecimento em Honneth: a Psicologia Social de Mead como Apoio aos Pressupostos Metafísicos de Hegel

O psicólogo social George Herbert Mead também procura, assim como Hegel, fazer da Teoria do Reconhecimento um fundamento teórico para explicar o processo de desenvolvimento histórico moral na sociedade. Seus estudos podem servir de base a uma saída do quadro metafísico da Teoria do Reconhecimento de Hegel, para uma abordagem com uma metodologia mais empírica de pesquisa.

Mead busca desenvolver uma abordagem conceitual da intersubjetividade, da consciência de si mesmo, dos fenômenos psíquicos que influenciam o reconhecimento. Ele descreve o psíquico como a

[...] experiência que um sujeito faz consigo próprio quando um problema que se apresenta praticamente o impede de um cumprimento habitual de sua atividade. Por conseguinte, a psicologia obtém um acesso ao seu domínio objetual desde a perspectiva de um ator que se conscientiza da sua subjetividade porque ele, sob pressão de um problema prático a ser solucionado, é forçado a reelaborar criativamente suas interpretações da situação. (HONNETH, 2003, p. 126)

A consciência de si próprio está ligada com o desenvolvimento dos significados que são relacionadas às ações intersubjetivas, porque a partir delas os sujeitos podem se identificar e refletir a identidade dos outros. Essa percepção de si mesmo, pela perspectiva de outra pessoa, é chamada por Mead de “Me”.

Então, parte da imagem que os indivíduos têm de si mesmo são determinadas pelas suas relações com o outro. Esse indivíduo irá passar pelo processo de socialização, no qual ele aprenderá as normas de ações sociais a partir de uma generalização dos comportamentos dos outros indivíduos.

Se o sujeito, pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do 'outro generalizado', deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade, então tem todo o sentido empregar para essa relação intersubjetiva o conceito de 'reconhecimento'. (HONNETH, 2003, p. 136).

O reconhecimento social só ocorre se for mútuo. Um indivíduo é reconhecido e aceito em uma sociedade, bem como reconhece e aceita aos outros. A partir desse contexto, pode-se traçar um quadro lógico entre o entrelaçamento dos escritos de Mead e Hegel sobre o reconhecimento, pois os dois fazem uma relação direta entre ser uma pessoa de direito e conceber-se pelo outro. Portanto, o reconhecimento da identidade é mútuo, porque ela só é reconhecida à medida que reconhece as outras.

2.4 Os Padrões de Reconhecimento e suas Violações

Durante toda sua análise dos escritos de Mead e Hegel em sua busca pelos processos de desenvolvimento da eticidade humana a partir da caracterização do reconhecimento intersubjetivo presente desde a infância dos indivíduos, Honneth direcionava sua pesquisa para delinear os padrões do reconhecimento, definido por ele como: amor, direito e solidariedade.

"Um relacionamento alcançado consigo mesmo, íntegro, só é possível dentro de uma certa sequência de formas distintas de reconhecimento."(TESTA, 2008, p. 95), o amor, o direito e a solidariedade. Quando alcançadas, essas relações sociais dão lugar a formas mais elevadas de satisfação pessoal, a autoconfiança, a autoestima e o autorrespeito.

A essas três formas de reconhecimento surge três formas negativas de relacionamento social, ocasionada pelo desrespeito/não reconhecimento dos três padrões. Se o desrespeito ocorrer nas relações afetivas familiares, ocorre a violação das condições de amor familiar. Pode ser representado por humilhação física e moral. Se não houver reconhecimento do sujeito de direito, como em uma exclusão de direitos jurídicos, o desrespeito relacional é a **privação de direitos**, como nos casos em que são negados a minorias direitos de uma maioria.

O desrespeito do padrão solidariedade ocasiona a **degradação**. Nesse caso, o sujeito não alcança ou perde a estima social. Ele se vê rejeitado por escolhas ou comportamentos que diferenciam das normas sociais generalizados e que não são

reconhecidos. Ele se vê no outro pela ação intersubjetiva e não tem suas capacidades, valores e comportamentos reconhecidos. Essas formas de desrespeito causam as relações conflituosas na sociedade.

QUADRO 01 – ETAPAS DO RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO

Objeto de reconhecimento/ Modo de reconhecimento	Indivíduo (carências concretas)	Pessoa (autonomia formal)	Sujeito (particularidade individual)
Intuição (afetivo)	Família (amor)		
Conceito (cognitivo)		Sociedade civil (direito)	
Intuição intelectual (afeto que se tornou racional)			Estado (solidariedade)

FONTE: Honneth (2003)

Nesse quadro conceitual, Honneth faz uma comparação de seus padrões do reconhecimento aos de Hegel.

2.4.1 Amor

Quando Honneth (2003) usa o termo amor, ele não pretende fechar o conceito naquilo que os românticos consideravam relação sexual. Para classificar o amor como um padrão de reconhecimento, Honneth usa de uma visão conceitual mais abrangente, trazendo para o centro do termo as relações afetivas, especialmente no envolvimento sexual, a relação pais e filhos, e na amizade.

Por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filhos. (HONNETH, 2003, p. 159).

Nesse sentido, o amor é uma forma de afeto recíproco, no qual os sujeitos irão confirmar suas carências emocionais no processo de reconhecimento intersubjetivo.

Para demonstrar de forma desenvolvimentista as relações de reconhecimento da mãe e filho, Honneth usa dos escritos de Winnicott. A partir deles, Honneth foi capaz de compreender o estado de relação simbiótica existente entre mãe e filho nos primeiros meses de vida do bebê. Nesse período, a mãe tem sua energia direcionada principalmente para o bebê, e este é altamente dependente da mãe. Esse período foi chamado por Winnicott de categoria da dependência absoluta (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003).

Com o crescimento da criança, a mãe gradativamente dedica mais tempo às atividades diárias e menos ao bebê, ocasionando o início do processo de individualização e independência tanto do bebê como dela mesma.

Com isso, surge como imperativo ao bebê uma diferenciação dele com o ambiente. Essa fase é chamada por Winnicott de relativa independência (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003), no qual o bebê ainda é dependente da mãe, mas está desenvolvendo uma subjetividade separando o mundo externo a si mesmo. Conforme a criança se desenvolve, ela e seus pais se reconhecem afetivamente sem a necessidade de retorno daquele primeiro estado simbiótico pós-nascimento, e tal processo gera na criança o que Honneth chamou de **autoconfiança**.

Com base nesses estudos, Honneth demonstra as principais características do primeiro nível de reconhecimento, como a relação simbiótica mãe-bebê, e o movimento de libertação, no qual o bebê começa a criar um 'Eu' diferenciando as suas características das do ambiente.

Tanto na amizade, na relação pais-bebê, e no relacionamento sexual, o processo de reconhecimento negado se concretiza pelos maus-tratos ou violação. Essa é uma forma de desrespeito na qual o indivíduo perde o controle do seu próprio corpo e vê ferida a confiança no outro e em si mesmo. Tal desrespeito pode afetar diretamente a integridade física da criança ou do adulto.

2.4.2 Direito

Se o amor representa uma simbiose quebrada pela individuação recíproca, então o que nele encontra reconhecimento junto ao respectivo outro é manifestamente apenas sua independência individual; em razão disso, poderia surgir a miragem de que a relação amorosa seria caracterizada somente por uma espécie de reconhecimento que possuiria o caráter de uma aceitação cognitiva da autonomia do outro. (HONNETH, 2003, p. 178).

O caráter cognitivo do reconhecimento toma corpo justamente nas relações de direito. Antecedendo tal processo, ainda quando a família é a única grande fonte de relação social da criança, é o amor simbiótico que predomina no início, e a aceitação da individualidade mantendo o afeto recíproco que substituiu a simbiose. Ao universalizar a gramática moral dos direitos afetivos da família, por um processo de reconhecimento baseado no respeito cognitivo e não na afetividade, os indivíduos passam a aceitar o outro como uma pessoa de direitos.

Portanto, a partir do não reconhecimento dos direitos individuais, o sujeito sente sua integridade social ameaçada, podendo ocasionar o processo de luta pelo

reconhecimento descrito por Honneth, no qual os conflitos levam à reconciliação que leva à evolução da moralidade social. A ação do crime é um exemplo da constituição da **privação de direitos**, na qual quem pratica o crime nega o reconhecimento jurídico a quem o sofre.

No estado, [...] o homem é reconhecido e tratado como ser racional, como livre, como pessoa; e o singular, por sua parte, se torna digno desse reconhecimento porque ele, com a superação da naturalidade de sua autoconsciência, obedece a um universal, à vontade sendo em si e para si, à lei, ou seja, se porta em relação aos outros de maneira universalmente válida, reconhece-os como o que ele próprio quer valer – como livre, como pessoa. (HEGEL apud HONNETH, 2003, p. 179).

Segundo Honneth (2003), somente a partir do reconhecimento do outro-de-direito é que um indivíduo identifica a si mesmo como possuidor de direitos. Então, mesmo não havendo uma ligação afetiva direta entre dois sujeitos sociais, o padrão de reconhecimento baseado no direito possibilita um respeito mútuo entre as pessoas. E essa é a base para a formação do **autorrespeito** no indivíduo. Seguindo essa linha de pensamento, os pressupostos de Mead e Hegel para o direito são concretizados na ideia do outro generalizado, ou seja, uma generalização das necessidades de todos à medida que estejam dentro das possibilidades de uma conciliação entre todos.

Honneth também diferencia o âmbito do direito moderno e não moderno. Nas sociedades tradicionais, a definição do direito tem suas raízes na concepção do *status* social, no qual os indivíduos não são considerados igualmente merecedores do reconhecimento dos direitos, mas sim merecedores das determinações de seu status. Já nas sociedades modernas, o jurídico tem a função de combater qualquer forma de privilégio ou exceções, e os indivíduos são considerados todos iguais perante a lei.

Honneth utiliza também da construção histórica de Marshall para evidenciar as três esferas fundamentais do direito, que evoluíram separadamente no século XVIII, XIX e XX. Elas formam o direito fundamental à liberdade, à participação de todos na esfera pública, e os direitos que possibilitam o bem-estar de todos os indivíduos da sociedade. Essas categorias, quando plenamente reconhecidas, permitem a formação individual do autorrespeito.

2.4.3 Solidariedade

Tem-se, então, uma estrutura emocional e uma racional que são as bases dos dois padrões anteriores do reconhecimento intersubjetivo. O amor se baseia no afeto recíproco natural entre pessoas próximas, o direito concretiza-se no reconhecimento geral de que todos os indivíduos são pessoas com direitos. O primeiro está intrínseco ao ser humano, o segundo é intrínseco à sociedade moderna democratizada.

A partir de discussões que começaram com Kant e Schiller, surge uma divisão semântica entre o termo **respeito**: por um lado, o termo refere-se ao reconhecimento jurídico e, por outro, é visto como estima social. Essa divisão foi essencial na fundamentação de um terceiro elemento do reconhecimento, determinado não pelas ligações afetivas naturais nem pelos imperativos da sociedade civilizada, mas por um reconhecimento do grupo com características pessoais que estão presentes ao mesmo tempo nos valores que o grupo estima e que pertencem ao sujeito (HONNETH, 2003).

Nos escritos de Hegel do período de Jena, havia-se encontrado o conceito de “eticidade” para designar uma semelhante relação de reconhecimento próprio da estima mútua; em Mead, por sua vez, pode-se encontrar, para a mesma forma de reconhecimento, não um conceito puramente formal, mas apenas o modelo da divisão cooperativa do trabalho, já institucionalmente concretizado. (HONNETH, 2003, p. 198).

A partir desses escritos de Mead e Hegel, foi possível considerar a existência desse novo padrão do reconhecimento a partir de um reconhecimento intersubjetivo dos valores recíprocos entre todos, demonstrando o respeito dos valores, em comparação ao segundo padrão que demonstra o respeito dos direitos.

A estima social em Hegel e Mead é diretamente determinada por fatores socioculturais do grupo. Ela representa um conjunto de valores que são socialmente internalizados como superiores e que está presente em determinados indivíduos desse grupo. O reconhecimento do grupo dos valores e capacidades do indivíduo representa, então, o processo da solidariedade (HONNETH, 2003).

Considerando o processo pelo qual esse padrão de reconhecimento ocorre, e a autoestima como resultado dele, demonstra-se uma possível razão para o agrupamento social ocorrer entre pares, ou seja, pessoas com uma comunidade de valores e características sociais parecidas.

A estima social não demonstra, portanto, um nível ético superior no qual a vida, o bem-estar e a felicidade humana são os padrões essenciais do comportamento moral, mas uma mera associação entre aquilo que determinada sociedade considera importante e as características que um indivíduo veio a ter ou a adquirir.

Logo, a estima social em Hegel e Mead não representa diretamente a ética social. A evolução dessa ética e alteração dos valores socialmente superiores é um fator que pode tornar o reconhecimento no nível da solidariedade uma ferramenta importante na evolução do comportamento moral.

Honneth (2003, p. 200), contudo, propõe que quando a “estima social é determinada por concepções de objetivos éticos, que predominam numa sociedade, as formas que elas podem assumir são de uma grandeza não menos variável historicamente do que o reconhecimento jurídico.” Nessa proposta, a solidariedade tem uma abrangência muito maior e pode definir melhor o processo de reconhecimento da comunidade de valores.

Nesse processo de reconhecimento, o indivíduo tem, ao mesmo tempo, sua individualização, com suas características próprias, e a igualização frente aos outros. Quando alcançado esse reconhecimento, surge a possibilidade de uma forma de autorrelação designada pela **autoestima**. Negar esse nível de reconhecimento pela **degradação e ofensa** seria privar o sujeito de sua honra e dignidade. Portanto, segundo Honneth (2003), as relações solidárias são aquelas em que há a tolerância e o interesse afetivo pelas particularidades do outro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico utilizado nesse trabalho foi uma pesquisa semiestruturada realizada com 11 professores, sendo quatro de Ensino Superior, um de Ensino Fundamental, cinco de Ensino Médio e um de Ensino Médio e Fundamental. Também foram realizadas coleta, análise, descrição e interpretação de dados obtidos a partir de pesquisa bibliográfica de expoentes nas linhas do tema abordado. No Brasil, ainda não existe produção acadêmica relacionando a Teoria do Reconhecimento e a educação, por isso escolheu-se uma instituição educacional para a realização das entrevistas. A pesquisa foi realizada de agosto de 2010 até julho de 2011. É uma pesquisa qualitativa e as entrevistas foram analisadas individualmente e em conjunto.

Cada uma das seis questões tem relações diretas com algum dos padrões de reconhecimento. O objetivo dessa entrevista foi o de identificar como a teoria descrita por Honneth, dos três padrões do reconhecimento intersubjetivo, interage na realidade. Cada questão foi estruturada na tentativa de alinhá-las a esses três sistemas e aos seus subsistemas.

A estrutura de cada questão é uma tentativa de determinar se as relações dos entrevistados com seus colegas de trabalho têm bases na amizade ou apenas

profissional, sem vínculo afetivo. Também é uma tentativa de verificar possíveis violações causadas por assédio sexual ou moral e demonstrar se, no âmbito do direito, há uma participação – mesmo se parcial – dos entrevistados na criação e manutenção das políticas educacionais da instituição, e se o clima organizacional permite o bem-estar dos professores entrevistados. No âmbito da solidariedade, as perguntas visam verificar se os valores, capacidades e propriedades individuais dos entrevistados são reconhecidas ou apenas toleradas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A verificação dos dados foi realizada por meio de uma análise comparativa entre a teoria apresentada e as entrevistas semiestruturadas.

Os dados bibliográficos proporcionaram uma visão teórica das formas sociais pelas quais os indivíduos se relacionam e mantêm assegurados a afetividade e os direitos básicos de todo ser humano. A partir dessa verificação da realidade pelos dados teóricos, foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada na tentativa de verificar os níveis do reconhecimento na realidade.

Dos 11 entrevistados, todos disseram nunca ter presenciado ou experienciado situações de assédio moral ou sexual na instituição, o que demonstra que os direitos elementares e essenciais mínimos para se alcançar o respeito intersubjetivo e o autorrespeito estão assegurados nesse grupo. A maioria afirmou haver uma participação efetiva ou parcial dos professores nas políticas educacionais da instituição, como disse o entrevistado C, “existe uma voz” para os professores na criação e manutenção dessas políticas.

Segundo os dados coletados nas entrevistas, o clima organizacional na instituição colabora para a manutenção do bem-estar profissional e há um reconhecimento da importância das capacidades e propriedades individuais dos entrevistados nas metas e objetivos do grupo.

Quanto aos valores individuais, a maioria disse haver um respeito em relação aos seus valores, e aqueles que disseram ter presenciado situações em que valores individuais foram rejeitados se referiam a um tipo de valor que se relaciona mais a opiniões individuais para algum tipo de melhoria na instituição, rejeitadas pelos coordenadores. Em geral, os entrevistados sentem que suas propriedades e capacidades são reconhecidas pelos seus colegas, tornando possível a autorrealização.

Já no nível do amor, que segundo a teoria de Honneth se refere à amizade e às relações familiares, envolvendo as interações afetivas entre os indivíduos, percebeu-se

um número alto de professores que tem uma relação exclusivamente profissional com seus colegas de trabalho. Enquanto o entrevistado C, por exemplo, disse ter forte vínculo afetivo com seus colegas de trabalho, o entrevistado E disse ter uma relação estritamente profissional, e o F disse que, mesmo mantendo alguns vínculos afetivos, o lado profissional “fala mais alto”. Quase metade dos entrevistados disse não se relacionar afetivamente com seus pares de trabalho.

Constatou-se que, entre os entrevistados, há um respeito e reconhecimento mútuo do nível de reconhecimento do direito, porém, o processo do reconhecimento do amor e solidariedade não está consolidado como o respeito jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola de Frankfurt é a progenitora da árvore de pensamento chamada de Teoria Crítica, a qual tem em seus pilares principais o Marxismo e a Psicanálise. Em um dos galhos dessa árvore de conhecimento brotou o tema principal desse trabalho, a Teoria do Reconhecimento intersubjetivo e seus três padrões, de Axel Honneth.

Depois de realizado um levantamento de dados bibliográficos e aplicada uma entrevista semiestruturada com uma pequena amostra de professores de uma instituição de ensino, verificou-se que os entrevistados têm uma segurança quanto à preservação do padrão de reconhecimento do direito. Tanto a liberdade quando a participação nas políticas educacionais e o bem-estar profissional estão assegurados.

Para que exista a solidariedade, é necessário que o amor também esteja presente, pois aquela se refere a um interesse afetivo dos valores e particularidades do outro. Nesses dois padrões, foi possível notar alguns traços de desrespeito ou ausência de reconhecimento. Apesar disso, na maioria das entrevistas prevaleceram as relações de amizade e o respeito aos valores individuais, fatores que abrem caminho para a autoconfiança e a autoestima.

Pela visão das formas negativas de reconhecimento, não foi possível notar sinais de conflitos ou lutas sociais com o objetivo de reconquistar um reconhecimento negado, mostrando, dessa forma, que os entrevistados não têm uma relação negativa com a instituição ou com seus colegas de trabalho.

A Teoria do Reconhecimento mostrou ser uma importante fonte aos estudos organizacionais, pois seus fundamentos teóricos podem ajudar a verificar situações de desrespeito, delinear as causas de conflitos, verificar as interações dos padrões do reconhecimento que estão presentes nos subgrupos da empresa e, a partir de uma compreensão desses fatores, auxiliar nas políticas institucionais que se referem ao processo do reconhecimento intersubjetivo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Disponível em: <[http://kntz.com.br/wp-content/uploads/2009/07/livro-dial%*c3*%*a9*tica-do-esclarecimento-excursos-l-e-ll-adorno-e-horkheimer.pdf](http://kntz.com.br/wp-content/uploads/2009/07/livro-dial%c3%a9tica-do-esclarecimento-excursos-l-e-ll-adorno-e-horkheimer.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ASSOUN, Paun-Laurent. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo, Ática, 1991
- FROMM, Erich. **Psicanálise e religião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MEAD, G. H. **Mind, self and society**: from the standpoint a social behaviorism. Chicago: The University of Chicago, 1962.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 7-22.
- SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8 p. 9-18 jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewfile/4319/3261>>. Acesso em: 11 mar. 2011.
- SILVA FILHO, A. Carlos Pacheco. **Evolução da psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- TESTA, Italo. intersubjetividade, natureza e sentimentos morais: a teoria crítica de A. Honneth e a regra de ouro. **Civitas** - revista de ciências sociais, Porto Alegre, v. 8 n. 1, p. 94-124 jan./abr, 2008 Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/4324/3266>>. Acesso em: 10 fev. 2011.